

## OS SENTIDOS DE ROTATIVIDADE EM UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM

Marina Cardoso de Oliveira<sup>1</sup>

Ana Maria Sá Azevedo<sup>2</sup>

Geraldino Carneiro Araújo<sup>3</sup>

**Resumo:** O cotidiano dos empreendimentos solidários é marcado por dificuldades para efetivar a autogestão, uma vez que sofrem com a alta rotatividade dos seus associados. O objetivo desta pesquisa foi o de analisar os sentidos da rotatividade em uma cooperativa de reciclagem. Participaram da pesquisa três cooperados e três ex-cooperados de uma cooperativa de reciclagem do interior do país. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas que foram analisadas por meio da análise do discurso embasada na epistemologia construcionista social. Foram constatados sete sentidos para a rotatividade: (1) ser dono e o individualismo; (2) falta de solidariedade; (3) problemas de gestão e aplicações de normas; (4) falta de responsabilidade e compromisso; (5) baixa renda; (6) sonho; e (7) identidade do catador/reciclador. Ao utilizarem tais sentidos para descrever a rotatividade, os participantes se posicionaram paradoxalmente, ora como cooperados com sonhos de ver a cooperativa crescer e identificados com o trabalho que realizam e ora como pessoas individualistas, compartilhando as crenças capitalistas de organização do trabalho.

**Palavras-chave:** rotatividade; catadores; economia solidária; cooperativismo; inclusão social.

## SENSES OF TURNOVER IN A RECYCLING COOPERATIVE

**Abstract:** The daily life of enterprises solidarity is marked by difficulties for effective self-management, once suffering with the high turnover of its members. The objective of this research was to analyze the meanings of the turnover in a recycling cooperative. Three members of the research participated in the research and three former members of a recycling cooperative in the interior of the country. Semi-structured interviews were analyzed by means of discourse analysis based on social constructionist epistemology. Seven senses have been noted for turnover: (1) owning and individualism; (2) lack of solidarity; (3) management issues and applications of standards; (4) lack of responsibility and commitment; (5) low income; (6) dream; and (7) identity of the collector/recycler. By using such senses to describe the turnover, the participants have positioned themselves paradoxically, sometimes as cooperated with dreams of seeing the cooperative grow and identified with the work they perform and other times as individualistic people, sharing capitalist beliefs concerning the organization of work.

**Keywords:** turnover; collectors; solidarity economy; cooperatives; social inclusion.

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP-RP). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS-CPAR). Endereço: Av. Pedro Pedrossian, 725, B. Universitário – Paranaíba (MS). E-mail: marina.ufms@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS-CPAR).

<sup>3</sup> Doutorando em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Professor do curso de Administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS-CPAR).

## Introdução

A sociedade atual vivencia uma crise estrutural advinda do modelo de desenvolvimento econômico adotado. O capital financeiro atua globalmente causando impactos no mundo do trabalho, por meio da concentração da riqueza e da marginalização de grande parte da população trabalhadora (OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, observa-se a partir da década de 1990, uma severa desestruturação no mercado de trabalho, com uma acentuada piora em todos os indicadores. Nota-se a partir deste período o crescimento do desemprego estrutural, o afrouxamento de direitos sociais, as novas formas de contratação e de gerenciamento da força de trabalho (flexibilização, precarização e terceirização) e a fragmentação da classe trabalhadora. No plano ideológico, o discurso capitalista vigente colocou tais processos como tendências inevitáveis, associadas a novos conceitos como o empreendedorismo e a empregabilidade, por meio da qualificação contínua que se coloca como uma responsabilidade dos próprios trabalhadores (BORGES, 2012, SANTOS, 2008).

O mercado e a economia baseados no modo de produção capitalista segue uma lógica própria de funcionamento, que se traduz pela lógica do consumo. Necessidades humanas são traduzidas em bens e serviços que, por sua vez, atendem as demandas daqueles que estão na linha de consumo (MELO-NETO, 2005).

Neste cenário capitalista de produção, a ordem é produzir cada vez mais e vender sempre, propiciando um dinamismo no sistema de produção mundial que necessita desse combustível para não entrar em colapso. Assim “a sociedade torna-se a cada ano, mais urbana e consome, cada vez com mais força os recursos naturais como se fossem infinitos” (MAGERA, 2005, p. 80).

Uma das consequências da adoção desse modelo de produção é o aumento da produção de lixo e o uso desenfreado dos recursos naturais. Segundo dados apresentados por Magera (2005), são produzidos no Brasil aproximadamente 125.281 de toneladas diárias de lixo. O encargo da gestão do lixo tem se transformado em uma tarefa cada vez mais complexa, que demanda ações diferenciadas e articuladas. Pela sua relevância ambiental tais ações devem ser tratadas como prioridade pelos municípios (PINHEL; ZANIN; DEL MÔNACO, 2009).

Historicamente, o modo de produção capitalista tem sido responsável pela degradação ambiental e pela exclusão social de muitos trabalhadores que perdem seus empregos devido à reestruturação produtiva. Sem trabalho, fora do mercado formal de trabalho e sem poder de consumo, grande parcela da população economicamente ativa, em especial aqueles com baixa formação e que não acompanham os avanços tecnológicos, se veem fragilizados e com sua sobrevivência ameaçada (OLIVEIRA, 2005).

A economia solidária aparece, para estes indivíduos, como espaço concreto para formulações de alternativas para a criação de postos de trabalho (CANDEIAS, 2005). O crescimento da economia solidária configura-se como forma de reação ao desemprego, à geração de renda e ao combate a exclusão social (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Entre os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho encontram-se os catadores de materiais recicláveis, atores importantes no cenário da reciclagem no Brasil. De acordo com o Movimento Nacional

dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), estes trabalhadores estão em atividade desde os anos 1950, vivendo excluídos e explorados desde então. Contudo, atualmente, os catadores, por meio da sua organização formal e do apoio de diferentes instituições governamentais e não governamentais, têm conseguido gradativamente conquistas na direção de maior emancipação e reconhecimento social (PINHEL; ZANIN; DEL MÔNACO, 2009).

Atualmente, no Brasil, observa-se o incentivo do governo federal, por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), em incluir e reconhecer o trabalho dos catadores organizados em cooperativas. No entanto, de acordo com Oliveira *et al.* (2013), apesar dos ganhos e benefícios sociais e econômicos adquiridos pelos catadores organizados em cooperativas, a realidade da maior parte das cooperativas existentes no país é marcada por muitas contradições, tais como precarização das condições de trabalho, barreiras mercadológicas e problemas de gestão.

Tauile e Rodrigues (2005) pontuam que uma das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos solidários, como o caso das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, é a falta de conhecimento quanto aos procedimentos administrativos, especialmente no que tange à organização e à administração da produção. Dentre as inúmeras fragilidades da gestão que afetam o funcionamento destes empreendimentos populares, buscar-se-á refletir sobre o problema da rotatividade.

## 2 Rotatividade em Cooperativas de Reciclagem

Como apontado anteriormente, a coleta de materiais recicláveis tornou-se para muitos brasileiros a única opção de trabalho e geração de renda. No Brasil, é impensável falar em reciclagem sem citar os catadores e suas cooperativas. Não existem números fechados, mas **calcula-se que existam de 300 mil a 1 milhão de catadores em atividade no país**. Os dados são do [MNCMR](#), que, ao final de 2006, registrava 450 cooperativas formalizadas e aproximadamente 35 mil catadores cadastrados (BRASIL, 2006).

Magera (2005) e Miura (2004) relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho e, também, com o aumento do desemprego. Para esses autores, alguns trabalhadores da catação constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho.

Corroborando estes indicadores, Pinhel, Zanin e Del Mônaco (2009) ressaltam que além deste perfil de catador existem também aqueles um pouco mais escolarizados que não conseguem uma posição profissional num mercado do trabalho regido pelo compasso tecnológico e digital, ou são homens e mulheres com histórias de vida marcadas pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito.

De modo geral, os catadores de materiais recicláveis são um grupo complexo e diversificado e sujeito a profunda rejeição social. Para Beck (2007), a identidade social do catador não deve ser aquela que o estigmatiza como refugio humano, mas sim aquela que se exterioriza como agente ambiental, que desempenha importante papel na cadeia da reciclagem.

Atualmente, o catador busca em várias formas de associação, o fortalecimento de sua identidade. Para tal, têm se unido em organizações, tais como associações, cooperativas e movimentos sociais, para

lutar pela mudança de sua condição social, promover sua distinção como grupo social legítimo e resignificar os sentidos que lhe são conferidos pelos padrões dominantes do consumismo e das identidades estabelecidas. Ou seja, sua identidade social é construída a partir da busca pelo reconhecimento da sociedade.

Para Pinhel, Zanin e Del Mônaco (2009), a participação dos catadores em movimentos políticos (MNCMR) e a regulamentação da categoria profissional “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) são indicadores importantes da conquista de direitos e do reconhecimento social. Frente a este reconhecimento, novas exigências são requeridas. Para se inserir de maneira efetiva e significativa na cadeia da reciclagem, os catadores organizados em cooperativas precisam desenvolver habilidades mais complexas relacionadas à autogestão.

No que se refere à gestão das cooperativas, a participação democrática é um dos pilares que sustentam o cooperativismo, o que exige dos seus participantes a habilidade de saber ouvir e se colocar diante de diferentes situações.

Para Tauile e Rodrigues (2005), os empreendedores solidários enfrentam dois tipos de dificuldades na gestão das cooperativas. Primeiramente, falta conhecimento sobre os procedimentos básicos de funcionamento de uma empresa capitalista, tanto no âmbito administrativo interno, quanto nas suas relações com outros agentes do mercado (clientes, fornecedores, instituições de financiamento etc.). Por outro lado, falta postura solidária, de confiança e de autogestão. Neste novo contexto de trabalho, o catador precisa se sentir como proprietário da cooperativa, assumindo as responsabilidades sobre todo o seu funcionamento.

Neste sentido, Oliveira (2005) argumenta que o modelo de gestão cooperativista não contempla a figura do patrão, mas por outro lado exige uma postura libertária na relação com as pessoas. Autogerir-se, numa sociedade como a que vivemos - orientada pelo privado - requer empenho das pessoas e implica mudança de comportamento no exercício da tolerância e do respeito ao outro. O reconhecimento do coletivo é uma tarefa complexa e de construção gradativa, na qual o diálogo é elemento mediador de conflitos e gerador de consensos e acordos coletivos.

Singer (2010) defende que para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios saibam o que ocorre na cooperativa e contribuam com alternativas para a resolução dos problemas. Por sua característica relacional, a autogestão possibilita o surgimento de conflitos de opinião e/ou interesses que muitas vezes, se não forem devidamente trabalhados, podem dividir os sócios e ameaçar a solidariedade entre eles.

Para a efetivação de uma gestão democrática faz-se necessário um processo contínuo de educação cooperativa. Entende-se por educação cooperativa todas as iniciativas que possam despertar o interesse, o comprometimento e a motivação dos associados nos processos de formação, administração e fiscalização da cooperativa, valorizando as relações de troca dentro e fora da cooperativa. Seu objetivo é desenvolver as capacidades e habilidades cognitivas, indispensáveis às atitudes do saber ser, como o raciocínio e a autoaprendizagem, bem como o pensamento autônomo e crítico, a solução de problemas, a criatividade e a inovação. Inclui também aspectos de cidadania, responsabilidade social, moral, ética, equidade, justiça e bem comum. Todas as ações de educação cooperativa visam ao empoderamento dos associados para a autogestão do empreendimento (CRÚZIO, 2006).

Como pensar em uma gestão compartilhada, democrática e participativa em um grupo de associados

que enfrentam o problema da rotatividade? A rotatividade ou *turnover* é definida como o “fluxo de entrada e saída, isto é, uma flutuação de pessoal entre uma organização e seu ambiente” (NOMURA; GAIDZINSKI, 2005, p. 649). Quando seu nível se eleva, há um aumento do custo para a organização, principalmente, aqueles associados na admissão e no treinamento dos novos trabalhadores. Também a produtividade pode ser comprometida, tanto pelo número reduzido de trabalhadores, quanto pela perda de trabalhadores experientes.

Diante do exposto, observa-se que as cooperativas estão amparadas em diversas políticas públicas, mas ainda são poucos os estudos que buscam discutir a organização do trabalho e os aspectos de gestão de pessoas destes empreendimentos. Um problema comum enfrentado por estas iniciativas associativas é rotatividade de pessoal.

Gonçalves (2008), ao analisar algumas experiências em cooperativas e associações no estado do Ceará, ligados à Agência de Desenvolvimento Solidário, constatou que muitos empreendimentos solidários sofrem com a evasão de sócios, uma vez que existe a dificuldade de manter o número mínimo exigido por lei (20 cooperados).

Neste sentido, níveis altos de rotatividade vivenciados nas cooperativas de reciclagem podem por em risco a formação de um grupo coeso que se oriente pelos princípios cooperativistas, uma vez que com a entrada e saída de cooperados fragmenta-se a construção do grupo e o fortalecimento de vínculos.

Com vistas a entender o problema da rotatividade em cooperativas de reciclagem, esta pesquisa teve como objetivo identificar os sentidos da rotatividade que levam ao desligamento de alguns cooperados, bem como entender as motivações responsáveis pela permanência.

### 3 Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em um estudo de caso. Para Yin (2010), tal método é utilizado para fornecer conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. A cooperativa escolhida para ser tópico de estudo desta pesquisa foi a Cooperativa Recicla Paranaíba (Coorepa).

A Coorepa foi criada em 2010 e é uma referência entre as cooperativas do estado de Mato Grosso do Sul. Conta com aproximadamente 20 cooperados ativos, embora este número varie constantemente. Observa-se um alto índice de rotatividade de trabalhadores. O perfil sociodemográfico dos cooperados pode ser descrito da seguinte maneira: mulheres (75%), com ensino fundamental incompleto, renda mensal familiar inferior a dois salários mínimos, baixa formação profissional. Além disso, grande parte (80%) dos atuais associados não trabalhava com catação de matérias recicláveis anteriormente. São pessoas excluídas do mercado de trabalho que viram na economia solidária e na reciclagem uma nova forma de inserção profissional, geração de renda e resgate da cidadania e da seguridade social.

Participaram da pesquisa três cooperados e três ex-cooperados, contatados por conveniência. Dos seis participantes, cinco eram do sexo feminino e um do sexo masculino. As idades variaram entre 33 a 62 anos. A renda familiar dos participantes variou de R\$ 400,00 a R\$ 1.500,00. Somente um dos cooperados morava próximo à cooperativa e os demais moravam em uma distância entre 3 a 4 km, quatro deles iam

trabalhar a pé e dois utilizavam bicicleta.

Como procedimentos para a coleta de dados, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, com duração de aproximadamente uma hora com cada participante. A participação foi voluntária e o anonimato dos participantes foi garantido. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A análise dos dados qualitativos foi realizada por meio da análise do discurso, com base na epistemologia construcionista social. De acordo com Wetherell e Potter (1988), a análise do discurso envolve criar hipóteses sobre os propósitos e as consequências da linguagem em uso, ou seja, tem como objetivo esclarecer e problematizar as funções da linguagem mais do que descrevê-las.

Optou-se pelo uso da perspectiva construcionista social para a análise dos dados, pois tal referencial parte do pressuposto de que os sentidos sobre a realidade são criados por meio de nossas atividades comunicacionais e colaborativas e que as construções de sentido sobre as coisas estão enraizadas em nossas relações sociais, em discursos elaborados em diferentes comunidades da qual participamos. Assim, procurou-se compreender a construção de sentidos sobre rotatividade a partir do discurso daqueles que vivem ou já vivenciaram a realidade de trabalho da Coorepa.

## 4 Resultados e Discussão

Para manter o sigilo sobre os nomes dos participantes eles serão identificados por PC (cooperados) e PEX (ex-cooperados).

Por meio da análise do discurso, foram identificados sete repertórios linguísticos associados aos sentidos da rotatividade. A apresentação dos resultados será disposta na seguinte ordem: (1) ser dono e o individualismo; (2) falta de solidariedade entre os sócios; (3) problemas de gestão e aplicação das normas; (4) falta de responsabilidade e compromisso; (5) baixa renda; (6) identidade do catador/reciclador; e (7) o sonho. Destes sete repertórios, cinco estão associados aos problemas vivenciados na cooperativa que refletem no desejo de sair da cooperativa e dois deles aos objetivos comuns que inspiram os cooperados a permanecerem.

### 4.1 Ser dono e o individualismo

Entre os elementos presentes no discurso dos entrevistados que indicaram sentidos associados à saída de cooperados, estava a crença de todos serem donos e, por isso, “*cada um faz o quer*” e “*faz como quer*”. Por exemplo, a liberdade na escolha do horário e do ritmo de trabalho é apontada como vantagem, por motivos que vão desde aspectos como a organização do tempo de dedicação à família e outras atividades pessoais, até à importância de fazer seu horário sem fiscalização de um terceiro. Mas é também apontada por eles como desvantagem, sendo consequência da ausência de um “*patrão*”. A seguir, seguem trechos das entrevistas que sugerem este conteúdo:

*“Dificuldade maior, por que ali é livre, a gente podia fazer um serviço hoje outro amanhã se quisesse” (PEX - 2).*

*“A gente confia que tudo vai dar certo, que a gente vai ganhar mais, ninguém vai encher o saco, a gente ser dono do próprio negócio” (PC - 3).*

*“Cada um queria fazer sozinho, não dava conta, sabe, que se juntassem todos, para fala vamos desmanchar essa bag aqui, esses tem aqui, vamos junta nós tudo nela rapidinho, nós terminamos, mas não queria de jeito nenhum, de jeito nenhum, cada um tinha que pegar uma sozinho” (PEX - 1).*

Na abordagem psicossocial, segundo Eugène Enriquez (1994), as instituições são também as manifestações e concretizações das realidades da vida em sociedade, a partir da qual criam suas leis, suas regras, seus códigos, suas ideologias.

Compreende-se, teoricamente, que o maior objetivo da cooperativa seria atender e satisfazer às necessidades do grupo de associados e que cada cooperado assume um duplo papel, de sócio e de usuário, e tem a autonomia de decidir de forma democrática o rumo da cooperativa. No contexto cooperativista, quando a consciência coletiva diminui, percebe-se a manifestação do individualismo, aspecto negativamente relacionado à gestão democrática da cooperativa, causando consequências na relação de aceitação coletiva de igualdade e da capacidade diferenciada. Oliveira (2005) aponta que um dos grandes desafios das cooperativas é o reconhecimento do coletivo, que pressupõe tolerância e o respeito às decisões compartilhadas.

A partir do discurso dos participantes, observou-se que a crença de que *“sou dono e posso tomar as decisões que quiser”* é um fator que gera conflitos e parece estar associado à saída dos cooperados.

#### **4.2 Falta de solidariedade entre os sócios**

De acordo com Singer (2010), economia solidária é aquela pautada na solidariedade em vez da competitividade. É um modelo em que os indivíduos, ao invés de competirem e buscarem o acúmulo de bens, devem cooperar entre si. Para os participantes da pesquisa não existe união na cooperativa, *“é cada um por si”*.

Os resultados apontaram que os cooperados descrevem o cotidiano da cooperativa como um ambiente de trabalho onde não há união, é cada um por si. Expressões como *“uns aqui às vezes quer ser mais do que o outro”* e *“eles não são muito solidários não”* retrataram estes sentidos. A seguir, trechos das falas dos cooperados que refletiram a falta de solidariedade entre os sócios.

*“É como diz aqui, isso aqui é uma cooperativa, tá faltando é cooperação de cada um, tá faltando isso. Porque qualquer cooperativa que você vai vê pessoal um ajudando o outro. Ai foi lá em São Paulo viu a mesma coisa cada um com a sua função, mas quando um quer ajudar, eles ajudam, sem pedir, aqui tá faltando é isso. Tá faltando cooperação entre os próprios cooperados aqui ó, acabar com essas rixas” (PC - 2).*

*“Esse trabalho da cooperativa é um trabalho... ele é bom, solidário, tudo mais. Mas quando você tem um, dois companheiro bom, às vezes três quatro, não é. Tudo é dos cooperados, mas você tem que saber e verificar, e saber bem, que uns aqui, às vezes, quer ser mais do que o outro” (PC - 1).*

*“Não eles não são muito solidários não, é muito pouco que são e as melhor pessoa que era solidário ali já saiu da cooperativa, os que eram bons não aguentaram” (PEX - 3).*

Sabe-se que a economia solidária caracteriza-se por uma série de iniciativas de geração de renda, por meio de coletivos de trabalho de diversas naturezas e formas de organização jurídica inspiradas em valores de cooperação, democracia e reciprocidade defendendo princípios de solidariedade e de autogestão.

Percebe-se no caso desta cooperativa que os sócios convivem também com práticas e valores individualistas. Resultado semelhante foi encontrado por Vasconcelos (2005) ao descrever o cotidiano de trabalho da Cooperativa de Agentes Autônomos de Aracaju (Care). Os depoimentos dos participantes da Care sinalizavam que a falta união entre os cooperados, as fofocas e as brigas eram constantes no ambiente de trabalho. As intrigas aconteciam porque uns achavam que estavam trabalhando mais do que os outros.

A falta de solidariedade entre os sócios apareceu no discurso como um sentido capaz de interferir na motivação de permanecer na cooperativa, pois afeta tanto as relações interpessoais como o desenvolvimento da cooperativa. Com as brigas e as rivalidades, ocorre a diminuição da produção e afetando em outros setores do trabalho, como a renda.

#### 4.3 Problemas de gestão e aplicação das normas

Melhorias na gestão e na aplicação das normas apareceram no discurso dos participantes como uma necessidade urgente da cooperativa. Sintetizando as respostas dos participantes, se obteve os seguintes conteúdos: *“Para melhorar é preciso mudar a forma de administração, ter mais organização, seguir as normas e o regimento”*. Algumas falas dos participantes:

*“Eu desejaria que a cooperativa em vez de ser esse grupo de pessoa conforme ela é, que fosse de um dono só, porque num haveria tanto bla bla blá pra lá e pra cá [...]que ela uma hora poderia dar um jeito que ela seja de uma pessoa só, porque de uma pessoa só, só o dono ia dá a determinação para fazer bem o que ele quisesse”* (PC -1).

*“Só mudar a administração, seguir aquelas normas que nós fizemos lá do regimento interno porque ali não segue nada, fez aquele regimento interno que vocês cansaram de ir lá. Entregou aquele edital, foi pra dentro das gavetas, e ninguém cumpriu nada do que tá ali. Quando falava, que tá lá no regimento, falava ó quem fez aquilo foi o pessoal da universidade, nós não vamos atrás disso porque eles não mandam aqui, eles não são dono, nós é que somos donos, quem manda aqui é a presidência e pronto. Então o que tá faltando ali é pulso pra administrar aquilo ali”* (PEX - 3).

*“Num é muito fácil, eu acho que num é muito fácil de achar uma solução nesse caso não. Sabe por quê? Porque ali num tem um dono né, todos são donos então todos querem por o bico no meio, e nem todos tem razão, porque às vezes eu, você fala alguma coisa que bati, mas já vem outro lá, não num é assim é daquele jeito. Eu acho que se tivesse uma pessoa só pra mandar eu acho que era melhor, diminuía os conflitos”* (PEX - 2).

Um empreendimento autogestionário requer que o sócio autônomo internalize a ideia de *“aprender a ser dono”* de um empreendimento coletivo, ser proativo, ter visão de futuro, saber intervir, participar e se esforçar para que o empreendimento se desenvolva. É preciso desenvolver a capacidade criativa coletiva, saber decidir em conjunto. Além de compreender os princípios do empreendedorismo cooperativo e solidário, deve buscar desenvolver atitudes e habilidades como: conhecimento de mercado, gestão cooperativa, proatividade, participação, e conhecimento sobre a arte de liderar, de empreender e de administrar

o projeto coletivo. Ou seja, trocar a cultura da subordinação pela ideia do apreender a empreender e cooperar.

Rios (1998) reforça que embora sua finalidade não seja gerar lucro pelo lucro, uma cooperativa precisa estar estruturada de maneira eficaz a fim de gerar resultados positivos e estabelecer planos de crescimento sustentado que lhe permitam sobreviver. Conforme o regimento interno desta cooperativa, a gestão da cooperativa deve ser controlada pelos conselheiros fiscais e diretores, todos representantes do quadro social.

Para que o associado tenha um comportamento verdadeiramente participativo e cooperativo, faz-se necessário que haja compartilhamento efetivo do poder decisório e de seus frutos. Pinto (2006) afirma que em uma cooperativa a antiga divisão do trabalho ainda pode estar presente e superá-la é um desafio em termos organizativos e comportamentais. Por este motivo e pelo fato de a divisão anterior de papéis e funções permanecer como referência para os trabalhadores, é que o comportamento oscila entre a disposição para tomar parte da gestão e cooperar na produção e a postura de “empregado”.

Singer (2010) ressalta que a diferença entre a economia capitalista e a solidária é o modo como as empresas são administradas. Nas empresas capitalistas, aplica-se a heterogestão, ou seja, a administração é hierárquica, possui diferentes níveis de autoridade, e as ordens e as instruções fluem de cima para baixo. Por outro lado, nas empresas solidárias, a administração deve ser democrática, aplicando-se os princípios da autogestão, onde as decisões são tomadas em assembleias, ou por diretoria eleita e representativa dos associados. Para que a autogestão se realize, é preciso que todos se informem do que ocorre na empresa e, coletivamente, decidam sobre as alternativas disponíveis para a resolução dos problemas.

Diante do exposto, compreende-se que a forma de administração associada aos princípios da economia solidária e cooperativismo não corresponde com algumas das expectativas desejadas pelos participantes. A responsabilidade e o compromisso com o trabalho são apontados como consequência diretamente ligada à forma de gestão. Parece que, ao mesmo tempo em que se libertam da subordinação, necessitam alienar-se a uma referência majoritária e de forma organizada.

Por meio do discurso, percebeu-se que um dos sentidos associados à rotatividade de cooperados decorre da dificuldade dos cooperados em reconhecer os iguais como lideranças capazes de gerir de maneira eficiente a cooperativa. A falta deste reconhecimento acaba afetando a percepção da qualidade da forma de gestão vigente.

#### 4.4 Falta de responsabilidade e compromisso

Nesse núcleo de sentido, os participantes referiam-se sempre “às pessoas não terem responsabilidade e compromisso com o trabalho na cooperativa”. Assumiam que se tratava de um comportamento sempre do outro, o que pareceu gerar problemas na forma de gestão e no cumprimento das normas vigentes. A seguir, trechos das falas dos participantes que refletiram este conteúdo:

*“Tem que te o compromisso, aqui uns concordam com aquilo que você faz. Ah, porque que cooperativa é difícil, porque uns concordam com aquilo que você fala outros não uns tenta te ajudar outros não, então é difícil” (PC - 3)*

*“É o comprometimento de cada um né. A gente sempre participa junto, brinca, conversa, no trabalho cada um faz o seu. Quem ajuda mais assim é a [nome da cooperada], que aí eu faço ela faz, eu pego ela pega, desse jeito. Nós duas já, outro não” (PC - 3).*

*“Você pode tirar grande proveito dentro da cooperativa, grande mesmo. Só que as pessoas não sabem aproveitar, os materiais que vem para cooperativa, sabe. Briga e briga por causa de pouca coisa” (PC - 3).*

Para que ocorra a autogestão, faz-se necessário a participação dos sócios, no sentido de cumprirem as tarefas a seu cargo e também de se informarem e colaborarem com os problemas gerais da cooperativa. Quando os participantes ficam a par do que esta em jogo cria-se um ambiente de cooperação inteligente, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. Não raro, este esforço adicional é visto como cansativo e desgastante, pois é preciso se envolver em conflitos, tomar partido das situações, participar de reuniões etc. Em muitos casos, o inimigo da autogestão é o desinteresse dos próprios sócios que se recusam ao esforço adicional que a prática democrática exige (SINGER, 2010).

Os resultados desta pesquisa indicaram que se existir responsabilidade e compromisso dos cooperados os conflitos serão minimizados e, se for ao contrário, passa a ser um fator responsável pela rotatividade.

#### 4.5 Baixa renda

Conteúdos associados aos baixos rendimentos e a falta de “renda fixa” apareceram no discurso dos entrevistados como desmotivador do trabalho na cooperativa, responsável pela saída de cooperados. Para Paul Singer (2010), as cooperativas na legislação brasileira são consideradas associações de trabalhadores autônomos e, conseqüentemente, a cooperativa não tem nenhuma responsabilidade sobre o ganho e os direitos sociais de seus próprios sócios. Outra observação está no fato da cooperativa exigir dedicação dos sócios, ou seja, um envolvimento de tempo e interesse, na maioria das vezes, sem nenhum tipo de retorno pelo empenho dedicado. Isto pode ser entendido como uma mudança radical para quem acredita dever ser “remunerado” por um trabalho prestado.

Parece que certos participantes se adaptaram mais rapidamente, outros a seu próprio tempo. Alguns não conseguiram se manter por muito tempo e saíram. Entretanto, outros permanecem. Alguns trechos das falas dos participantes:

*“É o baixo salário, o baixo salário, porque eles trabalham muito eles dão o melhor que eles têm e recebem pouco, num compensa, sabe. É água, luz, tudo pra pagar e o salário daqui num chega a metade disso. Eu tô na minha situação, já tô até vendendo uns negócio meu, imagine se eu tivesse filho e ter que pagar pensão” (PC - 2).*

*“Não, não consegui não, financeiramente, a meta né. Agora eu acho assim, não vou falar minhas lembranças de lá apesar de eu me ver, tinha dia que eu me via igual a um mendigo no meio daquelas coisas, eu falava gente o que eu estou fazendo aqui, era gostoso apesar de me ver assim eu achava gostoso” (PEX - 2).*

*“A maior dificuldade que eu encontrei quando fui trabalhar na cooperativa foi com os companheiros de trabalho, porque eles são preguiçosos, eles não gostam de trabalhar” (PEX - 3).*

*“Dá tristeza porque quanto mais sai cooperado mais diminui a produção. Qualquer um é uma perda porque vai diminuindo seu salário vai diminuindo a produção. Mais aí chega uns novatos eles num aguentam ficar muito tempo, eles vão embora, aí problema não está só no salário, problema está em manter. Se o salário fosse compatível dava pra manter eles, compatível com cada um dava pra mantê-los. Juntava com a produção ficava melhor ainda” (PC - 2).*

As cooperativas enfrentam grandes desafios para garantir a sua sobrevivência. Oliveira *et al.* (2013), com base em dados sobre a realidade das cooperativas de reciclagem brasileiras, apontam que apenas 7% das cooperativas existentes apresentam eficiência produtiva. As demais, devido às questões estruturais e às barreiras mercadológicas, possibilitam aos seus cooperados renda inferior a um salário mínimo.

Percebe-se que são vários os desafios para o sucesso do empreendimento e que esses são desconhecidos entre o grupo de cooperados. A baixa renda e a falta de responsabilidade e de compromisso apareceram como elementos responsáveis para a alta rotatividade, pois estavam presentes ao longo do discurso, no contexto geral das respostas.

A pesquisa indicou que os participantes, gostam do trabalho que fazem e sonham com o sucesso da cooperativa. Se, por um lado, apontaram o salário como fator principal de rotatividade de sócios, por outro, a expectativa de sucesso que vislumbra um melhor salário no futuro foi descrito como fator de permanência na cooperativa.

#### **4.6 Identidade do catador/reciclador**

O discurso dos participantes evidenciou a diferenciação de significados entre o termo catador e reciclador. Os trabalhadores entrevistados identificavam-se e se descreviam a partir do termo reciclador. Para eles, a diferença entre o catador e o reciclador decorre principalmente do conhecimento do trabalho, do saber identificar os materiais e da responsabilidade social que este último termo pareceu conferir.

Para os entrevistados, existia uma diferença entre o catador informal e o cooperado/reciclador. O catador informal é aquele que simplesmente cata o material na rua, vende aos atravessadores e são também desprovidos de conhecimento dos processos de seleção, separação, prensa e destino do produto coletado. Já o reciclador é o “catador” formalizado, é aquele que faz o trabalho em grupo de forma organizada, cata o material de residências e empresas, faz parte de uma cooperativa, separa o material corretamente, reconhecido na sociedade.

Segundo Beck (2007), a identidade social dos catadores é construída a partir da busca pelo reconhecimento da sociedade. Os catadores de materiais recicláveis ao integrarem a cooperativa passam a exercer sua cidadania, além de demonstrarem um grande sentimento de pertencimento e aceitação social.

Os participantes defenderam a ocupação de reciclador, sentiam orgulho, satisfação, valorizavam o trabalho e tinham a responsabilidade de incentivar a reciclagem, limpar a cidade e contribuir com o meio ambiente. Ressaltaram que, ao contrário do catador informal, são profissionais qualificados, aprenderam por meio de cursos e palestras a separar e reciclar e são conscientes de que prestavam um grande serviço à sociedade e ao meio ambiente.

*“A cooperativa já conhece todo o material e o catador muitas vezes não conhece e tam-*

*bém, já sai prensado dali [cooperativa], o catador coitado, quem trabalha na cooperativa é reciclador porque a gente faz das tripa o coração, mas para que leve só coisa reciclável né” (PEX - 3).*

*“Olha o catador é um tipo de pessoa, sabe? O reciclador é outro. O catador é aquele que cata duas bags, três bags lá na rua e lá mesmo vende para o atravessador. E o reciclador somos nós que pega nas ruas e traz direto para cooperativa. O nosso material é o seguinte, só sai daqui de dentro em grupo, só sai carga cheia, e não sai para atravessador, sai direto pra empresa fixa, para o dinheiro ser repartido. O dinheiro já vem da empresa e jogado direto no banco, do banco vai a mão do contador, aí que ele chega até nós” (PC - 1).*

Ao participar de um movimento associativo, espera-se que o associado construa uma identidade política à medida em que cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de transformação das relações de exploração e opressão, em substituição ao individualismo que operava nesses grupos antes de seu processo organizativo (BARROS; PINTO, 2008).

As falas dos participantes desta pesquisa foram coerentes com os resultados encontrados por Goffman (1988) e Vasconcelos (2005). Tais autores pontuam que a participação na cooperativa atua como um símbolo de *status* para o catador associado, isto é, tem a pretensão especial de dar prestígio e garantir posição social ao catador. E, isso se dá porque o modelo identitário desejado é contraposto aos antigos modelos e aos estereótipos, aos estigmas e aos rótulos, visando a superar a injustiça simbólica a que se julgavam submetidos os catadores associados.

Na dialética da inclusão/exclusão, é importante estar atento ao fato de que aquelas pessoas que não se introduzem nessa lógica, ou seja, em cooperativas ou empresas de recicláveis, são mantidas à margem desse processo social, passam então a ser referidas como “catadores informais”. Esse processo tem significativas repercussões, objetivas e subjetivas, às vidas dessas pessoas. Já excluídas em alguma medida, elas são excluídas mais uma vez de um novo processo social ao passarem à condição de informais (BELLENZANI, 2013).

Os cooperados são amparados a esse modelo identitário “reciclador”. Ser um reciclador apareceu no discurso como algo revestido por reconhecimento social pelo trabalho ambientalmente correto que realizavam, associando-se a um sentido que possivelmente minimiza a vontade de sair da cooperativa.

#### 4.7 O sonho

A criação da cooperativa e a possibilidade de ser dono do seu próprio negócio apareceram no discurso dos entrevistados como um sonho que foi realizado. Entretanto, associado ao sonho estava um sentimento de incapacidade que apareceu na forma de frustração. Estas frustrações envolviam um complexo conjunto de situações, por estarem distantes de realizar os objetivos esperados, ou seja, um sonho projetado, com esperança de ser realizado, mas a cooperativa enfrentava problemas, principalmente associados ao baixo rendimento, que os faziam se sentirem incapazes de conquistar o sucesso do empreendimento.

O sonho de ter um negócio próprio e vê-lo crescer mantinha os cooperados na cooperativa pela esperança que o negócio poderia dar certo. Diante desse contexto, tanto os cooperados como os ex-cooperados manifestaram expectativa de alcançar o sucesso do empreendimento e demonstraram o desejo de fazer

parte das conquistas.

A seguir, trechos das falas dos participantes que retrataram estes sentidos:

*“Eu fui trabalhar na cooperativa pra saber o que é uma COOREPA, uma cooperativa, porque eu não sabia. Via passa na televisão né, mas só que quando passa na televisão é diferente, as coisas são diferentes, então eu fui trabalhar para ver se a da gente era igual a da televisão, mas é muito deferente, muito deferente” (PEX - 1).*

*“A desvantagem é não ter conseguido a meta do salário que a gente queria né. E as vantagens de tar lá, era daquilo lá, do sonho virar realidade, e da gente ter um salário bom né” (PEX - 1).*

*“[...] fui naquele sonho, que ia ser desse jeito e lutei com muita garra ajudando, [...] E foi... a esperança é a última que morre né” (PEX -2).*

*“Acho que as pessoas tinham que dar mais valor aquilo que elas criaram, isso aqui é uma arte” (PC -3).*

Nesta direção, Tauile e Rodrigues (2005) apontam que os sentimentos vivenciados por empreendedores sociais variam entre o desânimo diante da constatação das dificuldades colocadas e certo otimismo decorrente da esperança de que os mais desfavorecidos podem se recuperar e se reintegrarem na sociedade. Ao se deixar levar pelo otimismo e pela paixão, mesmo diante de tantas dificuldades, observa-se que os empreendimentos solidários conseguem continuar funcionando.

O discurso dos entrevistados sugere que “o sonho” foi um dos sentidos que sinalizava o investimento e a permanência dos cooperados, porém, na interligação com os outros sentidos, este acabava sendo enfraquecido e os problemas se tornavam maiores que o sonho.

## Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo identificar os sentidos da rotatividade presente no discurso de cooperados e ex-cooperados de uma cooperativa de reciclagem do interior do país. Por meio da análise do discurso, foi possível chegar a alguns sentidos que foram utilizados pelo grupo para descrever a rotatividade neste empreendimento popular e que de alguma maneira afetavam a vida organizacional.

Dos sete sentidos de rotatividade identificados neste estudo, dois deles “identidade do catador/reciclador” e o “sonho” sugeriram à permanência dos cooperados na cooperativa. Tanto os cooperados como ex-cooperados gostavam da ocupação que desempenhavam, se identificavam e se descreviam como recicladores e não como catadores, devido ao reconhecimento e importância que o trabalho da cooperativa tem para a sociedade, e sustentavam-se no sonho de desenvolvimento da cooperativa, de realizarem os objetivos esperados e com o empreendimento organizado, aumentarem a produção e melhorar a renda.

Por outro lado, os sentidos da rotatividade associados ao “ser dono e o individualismo”, “a falta de solidariedade entre os sócios” e “problemas de gestão e aplicação de normas” pareciam gerar inúmeras insatisfações nos cooperados, especialmente por ocasionarem inúmeros problemas de gestão que pareciam influenciar na produtividade e na lucratividade da cooperativa. Vale lembrar que os princípios do cooperativismo ainda estão em processo de construção para esse grupo, que se associou há apenas três anos. Observa-se que as pessoas que compõem o quadro social da cooperativa ainda estavam muito ligadas à forma de gestão “patrão-empregado”.

O sentido de rotatividade “ser dono” estava associado a valores individualistas. Quando existe o sentimento de pertença ocorre o fortalecimento dos vínculos, porém, percebeu-se a manifestação do individualismo e a diminuição da consciência coletiva. Este aspecto apareceu inversamente relacionado à gestão democrática, causando consequências na relação de aceitação coletiva de igualdade, ocasionando a falta de solidariedade entre os sócios.

Percebe-se no discurso que o fato de ser dono traz consequências, que geraram conflitos como o não comprometimento e o não seguimento de normas e regras estabelecidas coletivamente, o que parece ter comprometido diretamente a produção e o baixo salário. Segundo os participantes, seria necessário uma liderança associada à figura do “patrão”. Os associados em meio aos conflitos, não identificavam os pares como lideranças legítimas e questionavam a má organização e má administração.

A epistemologia construcionista social oferece condições para questionarmos quais são os valores e as crenças que sustentam as descrições da rotatividade apresentadas pelos participantes desta cooperativa. Em uma sociedade paternalista e coronelista como a sociedade brasileira, os valores de mando e de subordinação reproduziram-se no cotidiano desta cooperativa. Além disso, o modo capitalista de pensar e o trabalho assalariado são referências dominantes que acabam influenciando o modo de ser e de agir destes trabalhadores.

Nesta direção, Oliveira (2005) ressalta que em uma sociedade capitalista, onde o esperado é ter um chefe, o fato de decidir de forma coletiva acaba sendo responsável por conflitos. A figura do “patrão” construída culturalmente durante séculos está presente de forma arraigada na sociedade e, de forma especial, nos setores despossuídos da sociedade.

Dentre todos os sentidos, a “falta de responsabilidade e compromisso” e a “baixa renda” são apontados como os maiores responsáveis pela saída dos cooperados, por se tratarem de problemas mais difíceis de serem solucionados. Nessa ordem, foi possível observar que, responsabilidade e compromisso são cobrados constantemente entre eles, sempre como “*o outro não tem, mas eu tenho*”. Decorria disso a ideia “*se o outro não faz, eu também não faço*”.

Os sentidos apontados pelos participantes como responsáveis pelos altos índices da rotatividade na cooperativa parecem interligados e afetam-se mutuamente. Por exemplo, permanecer na cooperativa por ser dono, mas não cumprir as normas e não se comprometer pareciam influenciar na produção e, consequentemente, a renda diminuía. A baixa renda apareceu no discurso como um fator relevante pela saída dos cooperados.

O discurso dos participantes sinalizaram o descumprimento dos princípios básicos do cooperativismo, que priorizam a superação de valores individualistas por meio da igualdade, da solidariedade e da gestão compartilhada. Para Oliveira (2005), as iniciativas de economia solidária para serem bem sucedidas na sua gestão precisam ser capazes de desconstruir as influências do modelo de produção capitalista e reconstruir um novo referencial que contemplem a cooperação solidária.

No entanto, ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização das situações vividas contribui para que seus atores saiam do processo de alienação em que se encontram e busquem novas possibilidades. Neste contexto, a educação torna-se um elemento chave para a emancipação e o empoderamento desta classe trabalhadora que construiu suas identidades individuais e sociais fundamentadas na

exploração e na subordinação.

A educação popular, como a preconizada por Paulo Freire, que visa à construção de um sujeito dialógico, pode ser uma estratégia eficiente a ser empreendida nas cooperativas populares (OLIVEIRA, 2005). Além disso, torna-se importante a capacitação destes empreendedores sociais para o gerenciamento eficiente da cooperativa, equilibrando o conhecimento dos procedimentos gerenciais básicos para o bom funcionamento da cooperativa e os princípios da gestão democrática. Este é um desafio a ser superado no cotidiano da maioria destes empreendimentos (TAUILE; RODRIGUES, 2005; PINHEL; ZANIN; DEL MÔNACO, 2009).

Os resultados apresentados nesta pesquisa trouxeram contribuições para a compreensão da realidade vivenciada pelas cooperativas populares. Ficou evidente que os sentidos da rotatividade presentes no discurso dos associados da COOREPA se relacionam com o contexto macrosocial da sociedade atual que se caracteriza como individualista, contraditória, excludente e desigual.

Por fim, é importante considerar as limitações deste estudo. Por se tratar de um estudo de caso, os resultados para serem utilizados como referência, em futuras pesquisas ou na prática, precisam ser contextualizados. Para estudos futuros seria interessante a utilização do grupo focal como método de coleta de dados, viabilizando uma dinâmica mais integradora e coletiva entre os participantes. Além disso, sugere-se a investigação deste tema em outras cooperativas de reciclagem, no intuito de conhecer melhor a realidade destes empreendimentos e os sentidos da rotatividade presentes em outros contextos, contribuindo para a construção um referencial teórico mais abrangente sobre a rotatividade nas cooperativas populares.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Vanessa Andrade; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: Trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **Catadores na cena urbana**: Construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BECK, Ulrich. **World risk society**. Malden. USA: Polity Press, 2007.

BELLENZANI, Renata. A dialética da inclusão/exclusão social na organização de coletivos cooperativista: reflexões e propostas. In: OLIVEIRA, Marina Cardoso; ARAÚJO, Geraldino Carneiro; SALES, Eliana Mota Bordin. **Extensão Universitária e Economia Solidária**: Práticas e Reflexões. Campo Grande: EDUFMS, 2013, p. 27-50.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. O emprego no Brasil urbano nos anos 2000. Recuperação e reconfiguração. **Revista em Pauta**, v. 30, n.10, p. 17-34, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise do custo de geração de**

**postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis**, 2006.

CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra. Economia solidária, desenvolvimento local e capital social: a construção de círculos virtuosos. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO-NETO, José Francisco (orgs). **Economia Solidária e Autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Alagoas: EDUFAL, 2005. p.61-74.

CRÚZIO, Helnom Oliveira. **Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ENRIQUEZ, Eugène. O vínculo grupal. In: LÉVY, André; NICOLAÏ, André; ENRIQUEZ Eugène; DUBOST, Jean. (Orgs.), **Psicossociologia**: análise social e intervenção. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132-142, 2008.

LEI Nº 12.305/2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2 de agosto de 2010.

MAGERA, Marcio Conceição. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade – análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. 2. Ed. Campinas: Editora Átomo, 2005.

MELO-NETO, José Francisco de. Autogestão. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO-NETO, José Francisco (orgs). **Economia Solidária e Autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Alagoas: EDUFAL, 2005. p. 9-36.

MIURA, Paula Orchiucci. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. Dissertação de mestrado não publicada. Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. 2004.

NOMURA, Felícia Hiromi; GAIDZINSKI, Raquel Rapone. Rotatividade da equipe de enfermagem: Estudo em Hospital-Escola. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. v.13, n. 5, p. 648-653, 2005.

OLIVEIRA, Marina Cardoso, *et al.* Reflexões sobre economia solidária e cooperativas de catadores de materiais recicláveis: conquistas e desafios. In: OLIVEIRA, Marina Cardoso; ARAÚJO, Geraldino Carneiro; SALES, Eliana Mota Bordin. **Extensão Universitária e Economia Solidária**: Práticas e Reflexões. Campo Grande: EDUFMS, 2013. p. 75-91.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO-NETO, José Francisco (orgs). **Economia Solidária e Autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Alagoas: EDUFAL, 2005. p. 87-104.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; DEL MÔNACO, Graziela. Características essenciais para os ca-

tadores de resíduos recicláveis visando sua emancipação social, econômica e política. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela (orgs). **Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para a geração de trabalho e renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 137-147.

PINTO, José Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RIOS, Luiz Oliveira. **Cooperativas brasileiras: manual de sobrevivência e crescimento sustentável: 10 Lições práticas para as cooperativas serem bem sucedidas em mercados globalizados**. São Paulo: STS, 1998.

SANTOS, Georgia Patrícia. Guimarães. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós 1990. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2. p. 151-161, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

TAUILE, José Ricardo, RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. Notas Técnicas. **Mercado de Trabalho**, 28. IPEA, 2005.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. Cooperativismo e Cotidiano: um estudo da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de lixo de Aracaju – CARE. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO-NETO, José Francisco (orgs). **Economia Solidária e Autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**, Alagoas: EDUFAL, 2005. p. 105-134.

WETHERELL, Margaret; POTTER, Jonathan. Discourse analysis and the identification of interpretative repertoires. In: ANTAKI, C. (ed) **Analysin everyday explanation: a casebook of methods**. London: Sage, 1988.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

